

Kátia Maria Abud. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista, o bandeirante*. Cuiabá, EduFMT, 2019. 203 pp.

Por Helga da Cunha Gahyva
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
<https://orcid.org/0000-0002-4581-7212>

Em setembro de 2016, jornais brasileiros noticiaram a pichação do Monumento às Bandeiras e da estátua de Borba Gato, ambos localizados na cidade de São Paulo. Quase cinco anos depois, em julho de 2021, repetiu-se ataque à imagem do célebre paulista. Tais intervenções denotam repúdio a certa interpretação heroica segundo a qual os desbravadores de caminhos coloniais, em suas buscas por metais preciosos e mão de obra indígena, teriam sido responsáveis pela colossal obra de expansão e integração do território nacional. A violação daqueles dois lugares de memória (Nora, 1993) representaria,

assim, recusa à narrativa épica construída em torno da figura do bandeirante.

Exatamente trinta anos antes daquelas primeiras manifestações, Kátia Maria Abud, sob orientação de Laima Mesgraves, defendia sua tese de doutorado no Curso de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Trata-se de pesquisa pioneira voltada ao esforço de reconstituição do percurso que, simultaneamente, transformou o bandeirante em objeto de conhecimento e o alçou à condição de símbolo paulista. A pesquisa tornou-se, desde então, referência para importantes investigações dedicadas ao tema, como comprovam os trabalhos de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1992), John Monteiro (1994), Laura de Mello e Souza (2000) e Antonio Celso Ferreira (2002). Dado o impacto das reflexões de Abud, é surpreendente que sua tese tenha virado livro apenas em 2019.

Se contemporaneamente setores da sociedade brasileira contestam a louvação ao movimento bandeirante, a autora lembra como, séculos antes do surgimento desses questionamentos, sua ação era já criticada pelos missionários da Companhia de Jesus. Na verdade, os futuros construtores do imaginário histórico bandeirante tiveram que driblar a “legenda negra” elaborada, ainda no século XVII, por inicianos como Antonio Ruiz de Montoya (1639) e Nicolau del Techo (1673).

As disputas entre paulistas e jesuítas aparecem no primeiro capítulo, quando a autora recupera os poucos documentos escritos sobre o bandeirismo durante o século XVII. Por essa época, limitavam-se a representações ao rei em que justificavam a necessidade de recorrer à mão-de-obra indígena e se queixavam dos obstáculos impostos pela ação daqueles religiosos. Essas reivindicações destacavam a escassez de

braços para a produção de víveres e atividades de mineração, mas não justificavam o direito ao cativo em função da conquista de territórios: “não há qualquer referência aos seus atos de bravura no sertão [...] ou [...] indício de que fossem conscientes dos efeitos históricos de sua obra” (p. 40).

O pouco interesse em produzir memórias sobre as primeiras investidas aos sertões já foi justificado em função de seu caráter privado, do isolamento do altiplano paulista ou da rusticidade de seus habitantes. Sem desconsiderar tais fatores, Abud indica que a exposição das controvérsias em torno do recurso à escravidão do elemento autóctone, tônica daqueles documentos, seria desvantajosa para os paulistas. Foi somente a partir da descoberta das minas, em fins do século XVII, que brotou a preocupação em narrar a história das bandeiras. Tornou-se importante, por ora, reunir testemunhos capazes de assegurar a propriedade das terras para aqueles que se julgavam seus legítimos donos.

Ainda assim, poucos foram os testemunhos que chegaram à posteridade. Por meio da análise dos textos presentes em *Relatos sertanistas* (1953), obra compilada por Afonso de Taunay, a autora mostra como apenas na segunda metade dos setecentos intensificaram-se os investimentos na elaboração de narrativas históricas ou memorialísticas sobre o tema. Data do período, provavelmente, o relato de Diogo Garção Tinoco, citado por Cláudio Manoel da Costa em *Fundamentos históricos de Vila Rica* (1773), em que aparecem os primeiros elogios aos pioneiros sertanistas.

Junto, porém, vieram documentos pródigos em desabonar a obra dos paulistas. É o que revelam outros escritos reunidos naquela coletânea, como o *Código Costa Matoso*, organizado em torno dos anos 1750. Esse documento exemplifica tendência, predominante nos relatos da

época – em sua maioria produzidos por homens ligados à administração colonial –, a atribuir aos portugueses o protagonismo no movimento de descoberta das minas; esforço ilustrado pelo empenho em construir uma memória favorável à atuação dos reinóis durante a Guerra dos Emboabas (1708-1709).

No segundo capítulo, Abud concentra-se nos efeitos da decadência da exploração aurífera sobre São Paulo. Se nas épocas fartas a região fora assolada pelo despovoamento, a situação alterou-se a partir dos anos 1760, quando uma série de fatores contribuiu para a renovação da economia local, tornando-a destino recorrente de levas de portugueses que, frustrados em seus anseios de franco e rápido enriquecimento, encontraram novas possibilidades de ascensão social no altiplano paulista.

Importante estratégia de mobilidade fora a ocupação de cargos na administração local, sobretudo a Câmara de Vereança. Esses postos estiveram por muito tempo nas mãos dos potentados rurais. A partir do século XVIII, suas portas foram se abrindo para os forasteiros, em sua maioria comerciantes reinóis, e, conseqüentemente, reduziu-se o poder dos proprietários de terras.

O enfraquecimento relativo da antiga elite constitui peça fundamental para a apreensão do contexto no qual surgiram as obras de Pedro Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus. Ambos descendentes dos pioneiros ocupantes da Capitania de São Vicente, eles foram responsáveis pela consolidação de uma história colonial própria a São Paulo, que atribuía papel central à expansão territorial promovida pelos sertanistas. Mesmo não recorrendo às expressões “bandeira” e “bandeirante”, ao construírem certa imagem dos desbravadores de outrora como aqueles que “detinham a liderança de grupos que penetraram os sertões

para a preação de índios, ou na prospecção das minas de ouro e pedras preciosas e, ainda, para combater ataques estrangeiros e escravos rebeldes” (p. 78), Taques e Frei Gaspar alçaram os sertanistas à condição de porta-vozes das antigas linhagens, ciosas pela defesa de seus usuais privilégios.

A concepção historiográfica dos dois autores assentava-se no destaque concedido à coleta documental. Debruçados sobre arquivos, empenharam-se em refutar aquela “legenda negra” – atualizada, no século XVIII, pelo jesuíta Pierre François Xavier de Charlevoix (1757) e pelo beneditino Joseph Vaissette (1775) –, elaborando uma contranarrativa que simultaneamente reabilitava a imagem dos antigos paulistas e os unia genealógicamente às tradicionais famílias proprietárias de terras. Em substituição às versões detratadoras, ambos investiram na construção de uma “legenda dourada” protagonizada por homens heroicos cujas conquistas convertiam-se em prerrogativas políticas aos seus herdeiros. Se se alargavam os critérios para a definição de *homens bons*, franqueando o acesso da burguesia lusitana à Câmara de Vereança, era preciso salvaguardar os privilégios dos herdeiros daqueles indômitos sertanistas.

Os dois cronistas, segundo Abud, “trilharam caminhos diferentes para resultados semelhantes” (p. 95): enquanto Pedro Taques valorizou a pureza de sangue como critério distintivo dos descendentes dos antigos paulistas, Frei Gaspar aderiu à imagem de uma nobreza mameluca. Entretanto, independentemente da origem étnica destacada, as reações de ambos às pretensões dos forasteiros desenharam as feições daquela figura histórica que mais tarde será denominada bandeirante.

Mas se, por um lado, Pedro Taques e Frei Gaspar foram pródigos em lançar as bases

daquilo que a autora chama de “mitologia bandeirista” (p. 98), por outro, seus esforços encontraram pouco eco durante a maior parte do século XIX. As exceções, como as referências positivas de Auguste de Saint-Hilaire à “raça de gigantes” (1940, p.33) paulista, não foram suficientes para, em momento de consolidação da ordem nacional, despertar interesse significativo por personagens excessivamente regionais.

Os impactos sobre São Paulo das transformações políticas, sociais e econômicas processadas após a Independência ocupam a parte inicial do terceiro capítulo do livro. A autora dedica-se, aqui, a enumerar aspectos relevantes que justificaram a adesão dos fazendeiros paulistas à agenda centralizadora imperial. Importava-lhes integrar a grande lavoura cafeeira ao país e, para isso, de pouca valia lhes seria o recurso à imagem do insubmisso paulista, símbolo de orgulho local.

Tal convergência de interesses ficava comprometida à medida que o café garantia seu lugar de principal produto exportador nacional, mas São Paulo mantinha posição política acessória no plano nacional. A partir dos anos 1870, a crescente insatisfação conduziu a aristocracia agrária paulista à crítica àquele modelo de centralização e, em contraste, à defesa de um sistema federativo em moldes republicanos.

Para justificar suas pretensões, essa elite resgatou a literatura linhagística elaborada por Pedro Taques e Frei Gaspar. Estabelecer elos entre os paulistas do presente e aqueles bravios desbravadores de sertões, brevemente chamados de bandeirantes, permitia, sob o ponto de vista interno, defender as prerrogativas de seus supostos descendentes em face das demais populações heterogêneas que ocupavam São Paulo. Na perspectiva nacional, atribuir ao movimento bandeirante a responsabilidade pela construção da unidade nacional conferia lastro

histórico ao desejo de vertebrar, a partir de São Paulo, um projeto para o país. A consolidação da hegemonia paulista, ao longo da Primeira República, recrudescer a convicção segundo a qual, se a região se convertera em farol da nação, justo seria lhe atribuir protagonismo entre os demais membros da federação.

Na segunda parte do terceiro capítulo, Abud investiga como esse programa ganhou cor nas obras dos três principais personagens responsáveis pela reconstrução e divulgação da narrativa heroica sobre o passado paulista: Alfred Ellis Jr., José de Alcântara Machado e Afonso de Taunay.

O primeiro, cujo título do mais famoso livro, *Raça de gigantes* (1926), tomava emprestada a expressão de Saint-Hilaire referida acima, recorreu a certo repertório da perspectiva racialista para construir o perfil étnico do bandeirante. Ilustrou, por meio de um conjunto de características, a superioridade racial do produto da miscigenação entre portugueses e índios: apreço pela iniciativa particular, espírito guerreiro e individualismo. Ao reconhecer na figura do produtor de café os mesmos traços atribuídos aos paulistas de outrora, Ellis Jr. simultaneamente resgatava o vínculo genealógico que conferia à elite local ascendência bandeirante e justificava as pretensões dela à hegemonia nacional.

Alcântara Machado, por seu turno, buscou em inventários e testamentos pistas para reconstituir a dimensão social e econômica do período de efervescência exploratória. Interessado menos na descrição das bandeiras do que nos elementos da vida cotidiana dos moradores de São Paulo, produziu uma narrativa que, por um lado, punha por terra as nobilíssimas pretensões de Pedro Taques; por outro, o diagnóstico da rusticidade paulista confundia-se, no bandeirante, com suas manifestações de

heroísmo – movimento que, por outra via, o aproximava do cronista colonial.

Se *Vida e morte do bandeirante* (1929) foi o único livro de Alcântara Machado dedicado ao tema, Taunay, em contraste, tanto recuperou quanto produziu farto material sobre o passado paulista. No primeiro caso, destacam-se, entre inúmeros exemplos, as publicações de *Nobiliarquia* e *Memórias para a história da capitania de São Vicente*, de Taques e Frei Gaspar, respectivamente, em 1920; no segundo, sua colossal *História geral das bandeiras paulistas*, editadas entre 1924 e 1950. O duplo esforço convergiu para uma perspectiva na qual as provas documentais sancionavam uma trama histórica orientada pela pioneira ocupação territorial bandeirante. Taunay ratificava, assim, a imagem do paulista como elemento central de integração nacional.

A despeito das diferentes abordagens, interessa a Abud evidenciar suas afinidades. Primeiramente, os três pertenciam àquela “elite homogênea e fechada” (p. 122) cujo vínculo com o passado bandeirante era corroborado pelo apelo constante à prova documental. Em segundo lugar, à moda de Frei Gaspar, Ellis Jr, Alcântara Machado e Taunay corroboraram o caráter mestiço dos sertanistas, em detrimento da pureza racial. Por fim, o elogio ao mameluco bandeirante despertava-lhes certo sentimento de orgulho de casta que, nas primeiras décadas do século XX, tornou-se apanágio do “patriotismo paulista” (p. 128).

Se, na aurora dos anos 1930, arrefecera-se significativamente a produção histórica sobre o bandeirismo, a eficácia simbólica da imagem do antigo paulista converteu-lhe, nesses anos, em instrumento político. É o que revela a autora no quarto e derradeiro capítulo do livro: trata-se de investigar dois momentos nos quais a simbologia bandeirante foi mobilizada de modo extensivo, mas com objetivos opostos.

De um lado, sua incorporação pelos defensores da Revolução Constitucionalista de 1932 desprezava pruridos genealógicos e atribuía ao paulista – qualquer paulista – o caráter insumisso e audaz dos habitantes da antiga Piratininga. De outro, durante o Estado Novo, a ressignificação operada por Cassiano Ricardo: o apelo ao bandeirante mantinha força integradora, mas, desta feita, em nível nacional. Paradoxalmente, aponta Abud, o último suspiro significativo da mitologia originária do nativismo paulista converteu-se em justificativa histórica para a sustentação das orientações centralizadoras de novo regime.

Weber, em tom categórico, condenava a ciência à eterna juventude: “ser cientificamente ultrapassado não é só o destino de todos nós, mas também toda a nossa finalidade” (Weber, 1993, p. 29). A se considerar a aposta do mestre, *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições* cumpriu seu objetivo, tal como revelam três breves exemplos.

Maria Isaura Pereira de Queiroz encontrou, na narrativa de Abud, sugestões para problematizar o caráter coesivo dos símbolos, evidenciando seus efeitos discriminatórios (Queiroz, 1992). Também atento ao tema da construção simbólica, Antônio Celso Ferreira revelou os diferentes momentos da invenção da “epopeia bandeirante” (Ferreira, 2002), entre 1870 e 1940, contrabalançando certa tendência à homogeneidade presente no trato da autora. Por último, mas longe de esgotar o alcance das questões levantadas pelo livro, Danilo Ferretti explorou as divergências entre Ellis Jr. e Oliveira Vianna (Ferretti, 2008), às quais Abud, ao optar por uma leitura excessivamente racializada do autor de *Populações meridionais do Brasil* (1920), deu pouca atenção.

Poder-se-ia incluir quarto exemplo: o então nascente ensino universitário não se interessou

pelo acúmulo historiográfico dos anos pregressos, e as referências ao bandeirismo migraram para os livros escolares – polarizados entre adeptos da “legenda negra” e da “legenda dourada”. Ainda assim, Abud, em suas conclusões, formuladas nos anos 1980, identifica a carga heroica do símbolo bandeirante no imaginário paulista, “embora pareça que não tenha mais significado histórico para o homem comum” (p. 187). A se considerar as manifestações às quais fiz referência no início desta resenha, o diagnóstico da autora não resistiu às primeiras décadas do século XXI. Dando prosseguimento àquela citação de Weber, dever cumprido: “Não podemos trabalhar sem esperar que outros hão de ir mais longe do que nós” (Weber, 1993, p. 29).

A iniciativa da Editora da Universidade Federal do Mato Grosso (EdUFMT) ganha robustez pela opção da autora em pouco alterar o texto original¹, afinal *O Sangue Intemorato e as nobilíssimas tradições* chega à segunda década do século XXI com a dupla qualidade de ser tanto estudo sobre a construção do mito bandeirante como documento sobre a historiografia brasileira dos anos 1980. Faz jus a esse segundo aspecto trazê-lo a público sem modificações substantivas em relação à sua versão primeira, numa edição cuja diagramação – da capa às fontes – sugere saudável obsolescência.

Referências Bibliográficas

- ABUD, Kátia Maria. (2019), *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista, o bandeirante*. Cuiabá, EdUFMT.
- FERREIRA, Antonio Celso. (2002), *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo, Unesp, pp. 78-87.

- FERRETTI, Danilo Zioni. (2008), “O uso político do passado bandeirante: o debate entre Oliveira Vianna e Alfredo Ellis Jr.”. *Estudos Históricos*, 21 (41): 59-78, jan.-jun.
- MELLO E SOUZA, Laura de. (2000), “Vícios, virtudes e sentimento regional: São Paulo, da lenda negra à lenda áurea”. *Revista de História*, 142-143: 261-276.
- MONTEIRO, John Manuel. (1994), *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras.
- NORA, Pierre. (1993), “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*, PUC, 10: 7-28, dez.
- QUEIROZ, Maria Isaura de. (1992), “Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário”. *Revista USP*, 13: 79-87.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. (1940), *Viagem à Província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai*. São Paulo, Martins.
- WEBER, Max. (1993), “A ciência como vocação”. In: WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo, Cultrix.

Texto recebido em 22/11/2021 e aprovado em 10/1/2022.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2022.192758.

HELGA DA CUNHA GAHYVA é professora do departamento de sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ). E-mail: helga.gahyva@gmail.com.



Nota

1. Apesar das poucas alterações, algumas delas renderiam extensos comentários, mas fugiriam ao escopo desta resenha, sobretudo porque não implicaram efetiva ampliação da bibliografia, incorporando discussões historiográficas mais recentes, nem alterações nos principais argumentos ou, como assinalai, nas conclusões.